

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.690.439 - SC (2017/0205785-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : **MARCIONEI JOÃO DA SILVA**  
**ADVOGADO** : **JORGE ALBERTO DE ANDRADE - DEFENSOR DATIVO -**  
SC013917  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, interposto em desfavor de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 155, *caput*, do Código Penal (furto), à pena de 01 (um) ano de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, posteriormente, substituída por uma pena restritiva de direitos, consistente na prestação de serviços à comunidade.

Irresignada a parte e interposto recurso, restou este desprovido por acórdão assim ementado (fl. 242):

*APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. FURTO SIMPLES (ART. 155, CAPUT DO CP). RÉU QUE ADENTROU À RESIDÊNCIA DA VÍTIMA E FURTOU DIVERSOS OBJETOS DO LOCAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA.*

*RECURSO DA DEFESA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO, COM FUNDAMENTO NA AUSÊNCIA DE PROVAS. INVIABILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADAS. PALAVRAS DA VÍTIMA CORROBORADA PELO DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA. NEGATIVA DE AUTORIA ISOLADA NOS AUTOS. CONDENAÇÃO MANTIDA.*

*PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITO, CONSISTENTE EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE, PARA A DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. DESCABIMENTO. REPRIMENDA FIXADA EM CONSONÂNCIA COM O §2º DO ART. 44 DO CP. ATRIBUIÇÃO JUDICIAL QUE NÃO SE SUBORDINA A VONTADE OU CONVENIÊNCIA DO CONDENADO.*

*SÚPLICA DE ALTERAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFENSOR DATIVO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TABELA DA OAB. FIXAÇÃO EM CONSONÂNCIA COM A MAIS RECENTE MANIFESTAÇÃO DA SEÇÃO CRIMINAL*

*DESTA CORTE. SENTENÇA MANTIDA.*

*POSSIBILIDADE DA EXECUÇÃO DA PENA, DE ACORDO COM A NOVA ORIENTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA CONFIRMADA EM SEGUNDA INSTÂNCIA QUE PERMITE O IMEDIATO CUMPRIMENTO DA REPRIMENDA. DETERMINAÇÃO DE OFÍCIO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.*

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados (fls. 263/267).

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega violação ao disposto no art. 22, § 1º da Lei Federal n. 8.906/94. Requer que o arbitramento de honorários advocatícios do defensor dativo criminal se atenha aos valores mínimos previstos na tabela da OAB da Seccional.

Contrarrazões às fls. 281/286.

Admitido o recurso (fls. 288/299), os autos vieram a esta Corte.

Parecer ministerial pugnando pelo provimento do recurso especial (fls. 303/307).

Foi determinado o sobrestamento do recurso até o julgamento definitivo do do REsp n. 1656322/SC e REsp n. 1665033/SC (fls. 310/312).

É o relatório. Decido.

Discute-se nestes autos à tese da obrigatoriedade ou não de serem observados, em feitos criminais, os valores estabelecidos na tabela organizada pelo respectivo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados a título de verba advocatícia devida a advogados dativos.

Sobre o tema, a Terceira Seção deste egrégio Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1656322/SC e REsp 1665033/SC, Tema n. 984, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, afetado em 22/11/2017, decidiu sobrestar o julgamento dos processos que versem sobre essa questão até decisão definitiva desta Corte.

Ocorre que, na data de 23/10/2019, foram julgados os Recursos Repetitivos referentes ao tema em questão, em que se fixou a tese de que *"as tabelas de honorários elaboradas unilateralmente pelos Conselhos Seccionais da OAB não vinculam o magistrado no momento de arbitrar o valor da remuneração a que faz jus o defensor dativo que atua no processo penal; servem como referência para o estabelecimento de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*valor que seja justo e que reflita o labor despendido pelo advogado."* (REsp 1656322/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/10/2019, DJe 04/11/2019)

Assim, nos termos do entendimento acima esposado, nada há a ser alterado no acórdão recorrido.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea "b", do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator